



## **Análise de Conjuntura – Agosto de 2012**

### **Apresentação**

A dificuldade de a primavera árabe chegar à Síria abre a conjuntura internacional. Em seguida, apresenta-se a grave crise de insegurança alimentar que vive o mundo, principalmente os países mais pobres.

Em nível latino-americano, menciona-se o modelo de desenvolvimento adotado no continente, as eleições presidenciais na Venezuela, a sua entrada controversa no MERCOSUL e o asilo diplomático concedido pelo Equador a Assange, criador do Wikileaks.

O difícil diálogo entre o Governo Federal com a agenda dos movimentos sociais inicia a conjuntura nacional. Logo após, aborda-se a campanha pelo Voto Limpo nas Eleições Municipais de 2012, como consequência da Lei da Ficha Limpa e da Lei de Acesso à Informação, encerrando-se esse nível com uma avaliação crítica do julgamento do “Mensalão” no Supremo Tribunal Federal (STF).

No âmbito dos Movimentos Sociais, a análise faz referência à organização do 18º Grito dos Excluídos(as), com o tema em 2012 “Queremos um Estado a serviço da nação, que garanta direitos a toda população”, previsto para o dia 7 de setembro. Cita também os resultados do Encontro Nacional Unitário dos Povos do Campo, ocorrido entre os dias 20 e 22 de agosto em Brasília. Finalmente, apresenta na ótica do povo os desafios para o Brasil na realização da Copa em 2014 e das Olimpíadas em 2016, após a conclusão dos Jogos Olímpicos em Londres, Inglaterra.

Nas Notícias do Congresso Nacional mereceram destaque nesta análise: os debates sobre o Código Penal; o andamento da votação do Código Florestal; a proposta de criação do Comitê Nacional de Prevenção e combate à Tortura; a proposta de lei para adiamento dos feriados no país; a tramitação do projeto de lei que reconhece a união estável de pessoas do mesmo sexo; e a proposta de regulamentação do direito de greve.

Anexo a esta análise de conjuntura segue, como registro histórico, o depoimento de Pe. José Ernanne Pinheiro à Comissão Estadual da Memória e Verdade de Pernambuco, sobre o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto em 27 de maio de 1969.

### **Internacional**

#### **A primavera árabe fora do alcance da Síria?**

A leitura da imprensa ocidental da primavera árabe opõe, nos processos eleitorais, candidatos islamitas aos liberais. No Egito, o resultado das eleições revelou um país dividido entre partidários de uma reforma do antigo regime (os militares) e revolucionários de uma mudança radical. O confronto não é entre um Estado laico e um movimento religioso obscurantista, mas entre um Estado autoritário e a oposição. No segundo turno, funcionou o voto útil, quer dizer junta os votos contra o *status quo*. Representante do Estado autoritário, o Exército, manifestou a pretensão de gerir a transição democrática, querendo controlar o presidente, como havia tentando subjugar o Congresso. Nestes dias a habilidade do presidente se evidenciou ao contornar as forças armadas pela retirada forçada dos generais.

O caso da Síria é mais complexo. A saída do que se pode chamar uma guerra civil fica problemática. Ao contrário das revoltas líbias, egípcias e tunisianas, a insurreição síria (de março de 2011) não conseguiu a unanimidade, apesar dos massacres da população civil: 25 mil mortos, 200 mil refugiados e 2 milhões de necessitados. Nem o Conselho Nacional Sírio, nem o Exército Sírio Livre representam a oposição. Comentaristas invocam um risco de anarquia com o colapso do Estado, sua

desintegração em entidades religiosas-políticas. Além disso ou por isso, paira sobre as reivindicações democráticas dos manifestantes o temor de ingerências políticas e militares do exterior.

Bachar Al-Assad dispõe de aliados fora das fronteiras com o apoio do Hezbollah e, sobretudo, do Irã, que enviam combatentes e armas para sustentar o regime sírio, em nome da luta contra Israel e da resistência contra o imperialismo ocidental. Por outro lado, outros se colocam decididamente ao lado dos insurgentes, em nome da defesa dos direitos humanos ou de uma lógica revolucionária de cunho religioso. Qatar e a Monarquia Saudita não estão poupando esforços para ajudar os irmãos sunitas. No mesmo campo de maneira discreta se reencontram-se Al-Qaeda e a CIA norte-americana.

Um grande jogo guerreiro regional e internacional está fazendo da Síria uma linha de frente entre diversos atores internacionais: Irã e Síria contra as monarquias do Golfo; Rússia e China contra os Estados Unidos. Nesta internacionalização do conflito, fica difícil prever a possibilidade de uma resolução política de uma guerra civil. O conflito já transbordou a fronteira. Em Trípoli estão se enfrentando partidários e oponentes do regime sírio. Historicamente, o Líbano foi terreno de confrontações entre potências regionais: campo de guerras por procuração, como aquela que está acontecendo na Síria entre o Irã e as monarquias do Golfo.

Um ingrediente pouco mencionado na imprensa para entender o risco de uma guerra civil interminável com influências do exterior seria a descoberta recente de reservas abundantes de gás natural em diversas regiões do país, mas, sobretudo na bacia marítima não longe da costa.

### **(In) Segurança Alimentar mundial**

Nos anos 2007-2008, os preços agrícolas aumentaram muito provocando uma penúria alimentar, sobretudo, nos países pobres. O cenário está se repetindo neste mês de agosto com os mesmos ingredientes. Como foi assinalado na análise de conjuntura em maio de 2008, houve e, hoje, há, de novo, uma queda da produção de cereais ligada à seca (mudanças climáticas!?), à especulação e aos agrocombustíveis.

Neste mês de agosto, mais uma vez, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pede socorro, invocando a volta da situação de 2007-2008. A seca nos Estados Unidos desde a metade de junho faz prever uma queda de 13% na produção de milho em relação com o ano passado, chegando ao seu nível mais baixo de seis anos atrás. Ao mesmo tempo, o preço do milho aumentou desproporcionalmente em 40% no mercado por sofrer pressões de ordem especulativa dos mercados financeiros. Por outro lado, a Rússia, que garante 40% das exportações do trigo no mundo, produzirá 6 milhões de toneladas a menos do que o previsto para 2012-2013, por falta de chuva, provocando, em julho, aumento do preço do trigo em 19%. O disparo dos preços no mercado dos cereais induz custos mais elevados para os países pobres, com muita gente passando por uma crise alimentar.

No ano 2011, foi instaurado pelos países do G-20 o Sistema de Informação sobre os Mercados Agrícolas (AMIS, em inglês) para que os chefes de Estados se informassem mutuamente sobre os níveis de estoques alimentícios existentes, afim de evitar restrições de exportações que no passado provocaram revoltas populares. Pois, além das condições meteorológicas, os jogos especulativos exercem papel nefasto. Na crise de 2007-2008, os estoques de arroz eram amplamente suficientes, mas o contágio veio por outros cereais que estavam sob pressão dos mercados.

Para amenizar a crise e a pressão consequente dos mercados, seria necessário reduzir ou mesmo suspender a produção de agrocombustíveis afim de acalmar o mercado, uma vez que 40% da colheita americana de milho têm como destino a produção de etanol. Mas o “*laissez-faire*” domina e a própria crise, inclusive a do petróleo, está reforçando o valor do etanol.

Em tese, o G-20 poderia convocar, a partir de setembro, o seu “Fórum de reação rápida” se, na reunião do fim de agosto, houver consenso dos responsáveis políticos para lutar contra a volatilidade dos preços. A missão do AMIS consiste em oferecer uma visão sintética dos mercados de alimentos com maior transparência das produções de arroz, trigo, milho e soja. Essa instância ainda não foi experimentada até hoje.

## **América Latina e Caribe**

### **Modelo de desenvolvimento, Venezuela e asilo a Assange pelo Equador**

De modo geral podemos destacar o caráter desenvolvimentista nos países da América Latina, ou “crescentista”, como preferem alguns analistas, visto que, mais que desenvolvimento de forma geral, inclusive com respeito à sustentabilidade ambiental desses países, o foco de seus governos está, sobretudo, no crescimento econômico.

Pressionados pela necessidade de gerar emprego e renda para camadas populares, que por décadas foram excluídas da repartição econômica, a maioria dos países sul-americanos aposta no desenvolvimento econômico como motor das transformações necessárias. O grande questionamento que movimentos sociais fazem diz respeito ao modelo de desenvolvimento, que precisaria ser mais incluyente e sustentável a médio e longo prazo. Uma parcela significativa da economia desses países depende, como no caso do Brasil, da exportação de commodities, cuja regulação de mercado mundial está sujeita à demanda mundial.

Como destaques específicos da conjuntura em alguns países podemos citar as eleições na Venezuela, o asilo diplomático de Assange na embaixada do Equador e o Mercosul.

As eleições na Venezuela, que ocorrem no próximo dia 7 de outubro, continuam com indicações indefinidas quando se olham as diferenças de projeções em diferentes institutos de pesquisa. As pesquisas vão desde as que apontam liderança de Chávez até as que mostram empate técnico com o candidato da oposição. Esse período próximo revela uma disputa bastante acirrada. O grande desafio da Venezuela, independente de quem ganhar a eleição, é dar continuidade ao conjunto de políticas sociais que garantiram ao país avanços significativos de inclusão social e econômica na última década, tendo inclusive, segundo a CEPAL, atingido a taxa de menor desigualdade social da América Latina.

Um dos fatos que mais marcaram os últimos dias na imprensa internacional foi a situação de asilo diplomático concedido pelo Equador a Julio Assange, o criador do Wikileaks. Situação extremamente constrangedora para a Inglaterra e para os Estados Unidos, pois a não autorização do governo inglês para que Assange seja conduzido da embaixada do Equador em Londres ao aeroporto de onde partiria para o Equador, revela cada vez mais o caráter político que envolve o pedido de extradição para a Suécia. Teme-se que, posteriormente, ocorra a extradição aos Estados Unidos, onde responderia pela revelação de documentos considerados pelo governo daquele país como secretos.

A ação do Wikileaks e, portanto, de Assange, foi fundamental para desmascarar parte da ação norte-americana no Afeganistão e no Iraque, dentre outras informações importantes sobre a política internacional da Casa Branca. Vários meios de comunicação informaram que o governo equatoriano concedeu asilo pelo risco dessa possibilidade de Assange ser extraditado para os Estados Unidos e não à Suécia onde responde a processo por agressão sexual. Lá ele ainda não é condenado, mas deveria responder pelo processo em território sueco, conforme as regras na União Europeia. Vários países da América Latina manifestaram apoio ao Equador no episódio.

Continuam intensas as manifestações e negociações que envolvem o futuro do Mercosul. Desde que ocorreu o golpe no Paraguai, que resultou no afastamento do presidente Lugo, e sua consequente suspensão do Mercosul, muito se discute sobre a legitimidade de tal medida e sobre a decisão do Brasil, Argentina e Uruguai de aceitarem a entrada da Venezuela, mesmo sem a aprovação do parlamento paraguaio. Parece não haver dúvidas sobre os benefícios econômicos para o Bloco com a entrada da Venezuela. A questão discutida por alguns setores tem sido a legitimidade do processo. A inclusão da Venezuela no Mercosul foi muito mais política que jurídica, pois a sua entrada promove uma alteração importante no contorno geopolítico do bloco, até então centrado no Cone Sul, criando um potencial de irradiar sua influência pelo Caribe e América Central. Tal decisão não converge com a política dos Estados Unidos para a América Latina.

## Nacional

### O difícil diálogo do Governo Federal com os Movimentos Sociais

A Presidente Dilma Rousseff estabeleceu no início de seu governo uma meta ousada: superação da extrema pobreza no Brasil. Todavia, a construção do Plano Brasil sem Miséria, após elaborado por sua equipe técnica de governo, foi apresentado “pronto” aos movimentos sociais e sociedade civil organizada para consulta.

Este padrão de relacionamento parece se repetir em outras áreas do governo federal. Há dificuldade de se construir junto com os movimentos sociais. Quando muito se constrói “para” os setores excluídos da sociedade, não se reconhecendo o protagonismo dos sujeitos coletivos, historicamente construídos nas lutas populares e manifestações, na melhor concepção de Paulo Freire.

Esta dinâmica também esteve presente nos últimos anos do segundo mandato do governo Lula. Notório foi o conflito na Transposição do Rio São Francisco. Também nos conflitos pela não implantação da Reforma Agrária, com a valorização do modelo agroexportador do agronegócio, e na lentidão para enfrentar conflitos em ocupação por não-índios em terras indígenas.

A forma de se tratar os movimentos grevistas dos servidores públicos federais é realizada com pouco diálogo, levando a CUT a retornar às ruas para reforçar as demandas por reajustes que reponham a inflação real sobre os salários.

O anúncio feito pela presidente Dilma de um modelo de concessões públicas de aeroportos, rodovias e ferrovias, só difere da privatização praticada (e condenada!) anteriormente porque o Estado, por meio do BNDS, ainda vai financiar o investimento de capital para que o “negócio” seja gerido depois pela iniciativa privada, retomando o modelo das PPP (Parcerias Público-privadas). Enquanto antes as empresas públicas que foram privatizadas já estavam constituídas. Destarte, as diferenças entre governo e oposição ficam cada vez menos nítidas.

A concepção neodesenvolvimentista que o Governo Federal empreende, tendo como justificativa o enfrentamento da crise econômica mundial, revela a concepção de que o país precisa crescer para incluir, não sendo promovida uma distribuição de renda a partir da riqueza já existente e disponível no território nacional. Não se conflita com os interesses das elites econômicas nacionais e multinacionais que exploram o país. Neste modelo de crescimento, os ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres, um pouco menos mais pobres, mas pobres; deixando o país ainda nas primeiras posições das maiores desigualdades mundiais.

No contexto pós-Rio+20, esta concepção significa a exploração dos recursos naturais ainda existentes (leia-se Amazônia), ao invés de repensar a demanda por energia e o modelo de consumo que grassa no país. O luxo cobiçado e promovido nos grandes centros urbanos é insustentável.

A opção pela manutenção do modelo de governança com o Congresso Nacional como principal ator da democracia arrefeceu a possibilidade de mudanças mais estruturais na política e na economia brasileiras, ainda dependente das elites políticas regionais (vide políticas de alianças para as eleições municipais) e o equilíbrio na balança comercial.

Toda a perspectiva de se promover distribuição de renda por meio de uma reforma tributária progressiva não prospera, enquanto se vai internalizando, sob a justificativa da crise internacional, a desoneração da folha de pagamento (para reduzir o “Custo Brasil”), deixando a previdência social sem o necessário ingresso de receitas para suportar com equilíbrio a ampliação da esperança de vida dos brasileiros.

Faz-se necessário e urgente ampliar as possibilidades de canais efetivos de diálogo entre os movimentos sociais e os poderes do Estado nacional, em suas várias esferas, para que se construa um projeto popular para o Brasil.

## **O voto limpo nas eleições 2012**

Enquanto a reforma política não sai do papel, a sociedade vai buscando alternativas para tornar cada vez mais transparente o processo das eleições e bloquear canais que favoreçam a corrupção eleitoral. A Lei da Ficha Limpa (135/2010), uma vitória da população brasileira, é um exemplo disso. Aplicada em várias instâncias, seus efeitos têm alcançado inúmeros órgãos públicos com excelentes resultados. Veio dela a inspiração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de concentrar todos os seus esforços publicitários na Campanha pelo Voto Limpo. A campanha incentiva a participação consciente do eleitor e destaca sua liberdade na escolha de candidato ficha limpa.

A Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em maio deste ano, também já está produzindo seus efeitos nestas eleições. Juízes Eleitorais de três estados – Maranhão, Mato Grosso e Paraná - baixaram portaria, com base nesta nova lei, determinando que os candidatos a prefeitos e vereadores divulguem, durante a campanha eleitoral, a lista com os nomes dos doadores de sua campanha com os respectivos valores. Enquanto não se tem o financiamento público de campanha, procura-se, pelo menos, tornar público o financiamento dos candidatos no decorrer da campanha. Um avanço extraordinário que deve servir de base para o discernimento do eleitor.

O TSE, baseado na mesma lei, pela primeira vez, coloca à disposição do eleitor a lista com a identificação dos doadores e fornecedores contratados durante o curso da campanha eleitoral. No último dia 24, foi divulgada a lista da primeira parcial tendo como base a declaração feita até 2 de agosto. A segunda parcial deverá ser entregue pelos candidatos até 2 de setembro.

Os chamados “Comitês 9840”, que fiscalizam e incentivam a aplicação da Lei 9840, que combate a compra de votos, multiplicam-se pelo país revelando que, a despeito do desencanto de grande parte da população com os políticos, ainda há muitos cidadãos movidos pela esperança de que nem tudo está perdido no mundo da política.

Em meio a tudo isso, os candidatos gastam a sola do sapato e muita saliva para conquistar a confiança e o voto dos eleitores. Com o fim dos showmícios e outras formas condenáveis de seduzir o eleitor, os candidatos apostam suas fichas no corpo a corpo e nos meios de comunicação. Com o início do horário de propaganda política no rádio e TV, os que têm acesso a esses meios, os usarão no intuito de se fazerem conhecer e melhorar nas pesquisas. Entra em cena, então, não o candidato propriamente dito, com seu programa de governo e suas propostas, mas seu marqueteiro, seu publicitário. Este tem sido, a cada eleição, a peça chave de uma campanha. Daí a necessidade de o eleitor, que só toma conhecimento de seu candidato pela TV ou rádio, cuidar para não comprar “gato por lebre”.

## **O julgamento e suas consequências**

Em 2005, um vídeo registra o ex-chefe do Departamento de Contratações dos Correios, supostamente recebendo propina. Com isso, deu-se início ao maior escândalo do governo Lula. A situação se dramatizou ao ponto de muitos afirmarem tratar-se do “maior caso de corrupção da história brasileira”, especulando-se naquele tempo o risco de impedimento do ex-presidente Lula.

Sete anos depois, o STF (Supremo Tribunal Federal) realiza o julgamento da Ação Penal 470 - o rumoroso “Mensalão”. Em sustentação oral, o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, qualificou o caso como “o mais atrevido e escandaloso caso de corrupção e desvio de dinheiro público realizado no Brasil”, ressaltando tratar-se de uma “sofisticada organização criminosa”, destinada a comprar votos de parlamentares no Congresso.

Na sequência, os advogados da defesa, sustentaram que o caso em evidência se restringia ao recebimento de recursos não declarados em campanha eleitoral, prática conhecida como “caixa dois”. Para confirmar a tese, destrincharam as votações de interesse do governo com intento de demonstrar as inconsistências das denúncias.

Conhecidos os argumentos de lado a lado, o ministro relator e o revisor apresentaram os seus votos, que destoam entre si. Sinal que o julgamento terá um grau elevado de debates, de posicionamentos divergentes e acalorados.

Nos bastidores comenta-se que mantido o atual cronograma, o Ministro Cezar Peluso dificilmente participaria integralmente do julgamento, fato que preocupa os defensores da condenação dos réus, pois se especula que o magistrado estaria inclinado a concordar com o a tese do Ministério Público.

O julgamento da Ação Penal 470 (“Mensalão”) ensejou no mundo político a crença de que se reviveria o clima de comoção e interesse público nos moldes do que ocorreu em 2005, quando a denúncia veio a público, podendo inclusive determinar o resultado das eleições municipais. Colabora com esse entendimento, a ampla cobertura que os principais meios de comunicação têm feito. Mas isso contrasta com o vazio da Praça dos Três Poderes e o clima morno que vivem as redes sociais em torno do tema.

O julgamento do “Mensalão”, simbolicamente, põe nos bancos dos réus – para além de pessoas e determinados partidos – o próprio sistema político brasileiro e seu modo de financiamento baseado em “contribuições” privadas. Durante muito tempo acreditou-se que empresas e bancos contribuía com as campanhas eleitorais movidos unicamente pela valoração da democracia. O caso do “Mensalão”, ao contrário, desvela os seus reais interesses: a relação privilegiada e inescrupulosa com os governos.

O que desponta nessa trama é o envolvimento de dirigentes de um partido que premia pelo combate ao “mal feito” e do qual se esperava um novo padrão político, culminando com a vitória de Lula em 2002. O julgamento, em si, revela uma reprodução de práticas políticas de dirigentes do PT, os quais condenavam com veemência o que, na sua avaliação, faziam e ainda fazem os partidos tradicionais.

O julgamento do “Mensalão” demonstra a vitalidade e os limites das instituições democráticas. Talvez o STF seja o único tribunal no mundo em que os julgamentos são transmitidos em tempo real e sem mediações e “filragem” pela mídia. Outro fator positivo é a imprevisibilidade dos resultados, apesar de a maioria dos atuais ministros serem nomeados nos últimos 10 anos. De outra parte, infelizmente outros casos de corrupção, alguns anteriores ao atual, como o chamado “Mensalão do PSDB” de Minas Gerais, ainda está longe do desfecho.

O julgamento ora em evidência já produz seus frutos, visto as dificuldades que os partidos políticos têm encontrado para arrecadar recursos para a campanha eleitoral, o que leva a crer que muitos financiadores encontram-se temerosos com as possíveis consequências a que estão sujeitos.

Já entre os políticos, muitos começam a colocar as “barbas de molho”, receosos de que o julgamento signifique o rompimento da cultura da impunidade que permeia as relações políticas no Brasil, criando o efeito “orloff” (eu sou você amanhã!). Ou seja, os que hoje se deleitam pela condenação dos que são julgados pelo “Mensalão”, amanhã poderão responder por situações similares. Assim, independentemente do resultado do julgamento, cresce na sociedade e nas instituições a repulsa à forma privada de financiamento de campanha eleitoral.

## **Movimentos Sociais**

### **Grito dos/as Excluídos/as 2012**

Há 18 anos, pastorais sociais, organismos, movimentos sociais, comunidades, dioceses e igrejas realizam o Grito dos/as Excluídos/as no dia 7 de setembro. O Grito dos/as Excluídos/as nasceu na 2ª Semana Social Brasileira, que ocorreu no período de 1993/1994, foi impulsionado pela Campanha da Fraternidade de 1995, sobre os excluídos, e foi aprovado pela CNBB em sua Assembleia Geral de 1996. A 18ª Edição tem como lema: “Queremos um Estado a serviço da nação, que garanta direitos a toda população”.

Ao contrário do que muitos pensam e apesar da pouca cobertura que recebe da grande mídia, o Grito continua reunindo muita gente por todo o país. Neste ano, convida a população a discutir o Estado. “Queremos um Estado a serviço das necessidades básicas da população e não movido pela ganância do lucro e acumulação do capital. Não podemos ficar calados diante de um modelo que

dispõe de tantos recursos e dinheiro para grandes obras, para o agronegócio, empreiteiras, indústrias e para pagamento de juros de dívidas públicas, enquanto para o povo restam políticas assistenciais”, explicam os organizadores. Para eles “é preciso reagir contra tanta corrupção, impunidade e falta de transparência”.

Neste contexto, o Grito dos/as Excluídos/as se constitui como um acontecimento nacional, que se realiza de forma descentralizada desde o município de Porto Grande, no Amapá, até Coqueiro Baixo, no Rio Grande do Sul, desde pequenas comunidades até grandes centros urbanos. Em todos estes locais repercutem os gritos, já de forma tradicional e esperada pela população, sempre com muita criatividade popular e ousadia na forma de apresentar seus protestos e suas propostas.

O Grito dos/as Excluídos/as de 2012 se soma à 5ª Semana Social Brasileira, para questionar e animar a discussão sobre o “Estado que queremos”, a democracia participativa e os direitos sociais. Os animadores do Grito, que se contam aos milhares em todo o país, lutam para construir um Projeto Popular de Nação, onde a dignidade e a integralidade da Vida estejam em primeiro lugar.

### **Encontro Nacional Unitário dos Povos do Campo**

Entre os dias 20 e 22 de agosto aconteceu em Brasília, no Parque da Cidade, o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Participaram cerca de sete mil pessoas, entre sem-terra, indígenas, quilombolas, mulheres, atingidos por barragens, povos tradicionais, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, entre outros.

Este encontro se colocou como a continuidade histórica de um grande evento ocorrido em 1961, em Belo Horizonte, que foi o “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária”, que levou o então governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte das suas Reformas de Base.

O encontro de 2012 defendeu a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável; a soberania territorial dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais; a soberania alimentar; a agroecologia; a agricultura familiar; os direitos das mulheres do campo; a soberania energética; a educação do campo; a democratização dos meios de comunicação e o direito das populações atingidas pelos grandes projetos de serem consultadas de maneira livre, prévia e informada.

Além disso, neste encontro os participantes se comprometeram a fortalecer suas organizações e intensificar seu processo de unidade; a construir pautas e processos unitários de luta; a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, em defesa da biodiversidade e das sementes; a fortalecer as lutas das mulheres e da juventude; a mudar o modelo energético; a combater e denunciar a violência, a impunidade e a criminalização das lideranças e movimentos no campo; a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses.

Os povos do campo, presentes neste evento nacional, exigiram, enfim, o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, na construção de um país e de uma sociedade justa, solidária e sustentável. No dia 22 de agosto foi realizada uma marcha na Esplanada dos Ministérios e, no seu final, uma comissão de 15 mulheres, representando todos os povos e organizações participantes entregaram à Presidência da República a Declaração unitária deste evento, cuja realização se reveste de grande importância histórica.

### **Os Jogos Olímpicos de Londres e a preparação para a Copa em 2014 e das Olimpíadas em 2016**

A organização dos jogos olímpicos em Londres não requereu grandes obras na cidade. Ela já dispunha de uma rede de boas instalações de transporte, saúde, hotelaria, parques e praças esportivas. Tudo isso pesou a favor de Londres para que fosse escolhida em 2004 como sede dos jogos em 2012. Sem boa infraestrutura prévia, é quase impossível acolher os jogos. Na África do Sul, em 2008, os

jogos foram caríssimos para o país com números ainda não publicados. Em 2016, o Brasil é que enfrentará esse grande desafio.

Os jogos pan-americanos de 2007 deixaram uma triste imagem que pode se repetir em 2016: superfaturamento, desvios de recursos, falta de transparência, de licenciamento; os custos foram elevados para os cofres públicos e uma chance para enriquecer os cofres privados. Um exemplo entre outros: o Maracanã foi totalmente refeito em 2007 e agora o será novamente para a Copa em 2014, com dinheiro privado.

Em 2009, na primeira apresentação dos orçamentos oficiais, o montante era de R\$ 29 bilhões. No encerramento dos jogos em Londres, Jacques Rogge, presidente do COI (Comitê olímpico Internacional), lamentou a falta de publicação de orçamento oficial. No final dos jogos, o ministério de esporte estima que o orçamento inicial de R\$ 29 bilhões será respeitado, enquanto a articulação nacional de comitês populares da copa e dos jogos considera que o orçamento global pode alcançar R\$ 60 bilhões ou mais.

Em Londres, poucas famílias foram removidas; no Rio aproximadamente 170 mil famílias serão removidas. O orçamento inicial (no fim de 2009) de R\$ 10 bilhões já tinha triplicado em 2010, passando de R\$ 10 bilhões para R\$ 33 bilhões. Já em meados de 2012, as estimativas alcançavam R\$ 90 bilhões.

Numa política de “higienização” da cidade maravilhosa, várias categorias de cidadãos serão removidas, devolvidas à suas “cidades de origem”: prostitutas/os, ambulantes, informais; moradores de rua e outros.

## **Notícias do Congresso Nacional**

### **1. Código Penal**

A Comissão Temporária do Senado, responsável pela análise do Projeto de Lei do Senado 236/2012 (novo Código Penal), realizou duas audiências públicas, em agosto, para discutir a proposta do novo Código Penal. Na primeira, dia 14/08, compareceram três integrantes da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código. Já na segunda, dia 21/08, foram ouvidos os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), além de uma representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A primeira audiência exaltou a importância do projeto, especialmente seu esforço de concentrar as mais de cem leis penais do país num único Código. Ficou evidente, no entanto, que nem todos os temas tiveram o consenso da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto. As divergências aparecem, por exemplo, nos temas: aborto, descriminalização das drogas, eutanásia, por exemplo.

Os convidados da segunda audiência seguiram outro caminho. Reclamaram muito do curto prazo definido pela Presidência do Senado para a entrega de emendas (5 de setembro). O pedido da prorrogação foi unânime. Nos bastidores, os comentários que correm dão conta de que o cronograma estabelecido tem uma cor política, visando à aprovação do Projeto no Senado ainda sob a gestão do atual presidente da Casa, que termina no final do ano.

Os especialistas apontaram também algumas desproporcionalidades de penas quando se comparam determinados crimes e concordaram que o aumento das penas, como prevê o projeto, poderá levar a um encarceramento em massa. A população carcerária atual do país é de 514 mil. Grande parte destes está presa por crimes contra o patrimônio e não contra a pessoa. Os convidados da audiência são de opinião que é possível adotar mais penas alternativas ao invés da prisão.

A CNBB acompanha os debates do novo Código Penal por meio de uma Comissão constituída especialmente para esse fim.



## **2. Código Florestal**

A comissão mista responsável pela revisão da Medida Provisória 571/2012, sobre o novo Código Florestal, retoma esta semana a votação das emendas ao relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC). O texto base do relator já foi aprovado, mas ainda precisam ser analisados 38 destaques.

Uma das alterações aprovadas pela Comissão – a que acaba com a necessidade de preservação permanente nos rios não perenes – tem gerado muita polêmica. Além desta, foram aprovadas outras três alterações: a que suprime o conceito de área abandonada; a que retira a limitação para aplicação de pouso nas propriedades rurais; e a que acrescenta uma definição de crédito de carbono ao novo Código Florestal.

O governo tem se mostrado preocupado com as emendas apresentadas pela base governista, temendo retrocesso em relação aos acordos anteriormente costurados. Os ruralistas defendem outras mudanças na MP, como a construção de reservatórios em APPs, para irrigação e aquicultura; a exclusão de várzeas do conceito de áreas úmidas; e a edição de decreto específico para tratar das multas cobradas de proprietários rurais que descumpriram a legislação ambiental.

## **3. Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2442/2011, que Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O projeto, previsto no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU, do qual o Brasil é signatário, é de autoria do Executivo e foi enviado à Câmara em outubro do ano passado.

O projeto é a esperança de entidades de defesa dos direitos humanos para colocar fim à prática de tortura em locais de privação de liberdade no país como prisões, estabelecimentos para adolescentes, carceragens da polícia, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas. Há, porém, um artigo no projeto que desagrade às entidades. Trata-se do artigo 7º que confere ao Presidente da República a escolha e designação dos 23 membros que deverão compor o CNPCT, incluídos aí os 12 representantes de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil.

## **4. Adiantamento dos feriados**

Tramitam no Senado dois projetos de lei (108/2009 e 296/2009), originários na Câmara, propondo alteração na comemoração de feriados que ocorrerem durante a semana. Ambos tramitavam em conjunto. No início de agosto, dia 9, o relator dos projetos na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Senador Cássio Cunha Lima, entregou seu relatório concluindo pela rejeição projeto 296/2009 e pela aprovação do PL 108/2009, acatando a emenda oferecida pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que tramita em conjunto.

O projeto propõe que sejam comemorados por adiamento, nas sextas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos feriados dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal). Ressalva, ainda, os feriados estaduais e municipais.

A emenda do senador Antônio Carlos Valadares, acolhida pelo relator, acrescenta às exceções as datas de Corpus Christi e 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida).

## **5. União civil de casal homossexual**

Já está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em decisão terminativa, projeto 612/2011 (PLS 612/2011), de autoria da senadora Marta Suplicy (PT-SP), que altera os artigos 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo e para possibilitar a conversão dessa união em casamento.

O projeto reconhece como entidade familiar “a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. A proposta determina ainda que a união estável “poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado pelos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não

têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração”.

O relator na CCJ, senador Roberto Requião (PMDB-PR), entregou seu parecer no mês de junto com voto favorável ao projeto e duas emendas da Comissão de Direitos Humanos.

#### **6. Regulamentação do direito de greve**

A onda de greves do funcionalismo público que tomou conta do país ressuscitou a discussão sobre a regulamentação do direito de greve no serviço público. Um projeto de lei do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) tramita no Senado desde novembro do ano passado, visando disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, conforme previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição.

O projeto (PLS 710/2011) define as atividades essenciais em que não serão admitidas paralisações de servidores, como o serviço de controle de tráfego aéreo, a segurança pública, a assistência médico-hospitalar e ambulatorial, a captação e o tratamento de esgoto e lixo, o transporte coletivo e os serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários.

#### **7. Profissão de Teólogo**

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4293/2012, do deputado Professor Victorio Galli, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Teólogo. O PL encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração Pública e Serviço Público (CTASP), aguardando a designação do relator.

#### **Contribuíram para esta análise:**

Pe. Bernard Lestiene SJ, Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Pe. José Ernanne Pinheiro, Paulo Maldos e Pedro Gontijo.

## Anexo – Depoimento (Pe. Ernanne Pinheiro)

### Depoimento sobre o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto Na Comissão da Verdade e da Memória Dom Helder Camara – Pernambuco

Exmo. Sr Dr. Fernando Coelho, presidente da Comissão,

Exmo. Sr. Dr. Pedro Eurico, relator do caso Padre Henrique na Comissão,

Demais membros da Comissão da Verdade e da Memória,

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Meu depoimento perante esta significativa Comissão é eclesial. No período, eu exercia o cargo de Vigário Episcopal dos Leigos na Arquidiocese de Olinda Recife e como tal fui nomeado pelo arcebispo Dom Helder Camara, na missa de corpo presente, o sucessor do padre Henrique para dar continuidade aos trabalhos da Pastoral de juventude. Vou tentar organizar minha reflexão em cinco partes:

1. *Quem era o Padre Henrique e como realizava o trabalho pastoral;*
2. *O contexto da Igreja em Olinda e Recife no período;*
3. *O bárbaro trucidamento do padre Antônio Henrique;*
4. *A morte do padre Antonio Henrique e a Igreja de Olinda e Recife;*
5. *As repercussões do trucidamento do padre e perguntas consequentes.*

#### **1. Quem era Padre Antônio Henrique Pereira Neto e seu trabalho pastoral**

Nasceu no Recife aos 28 de outubro de 1940. Fez sua formação sacerdotal em Olinda, João Pessoa, com estudos de psicologia nos Estados Unidos. Foi ordenado sacerdote aos 25/12/1965, poucos dias após o término do Concílio Vaticano II.

Desde os tempos de Seminário, manifestava uma vocação para trabalhar com a juventude. Vários grupos de secundaristas e universitários recebiam sua orientação. Henrique defendia uma proposta metodológica baseada no seguinte princípio: o final do curso médio e o início do curso universitário é um momento propício para ajudar os jovens a se encaminhar para a vida.

Padre Henrique já tinha a experiência da Juventude Estudantil Católica (JEC); mas para melhor se preparar para sua missão, participava de encontros de pastoral de juventude a nível regional, nacional e latino-americano. Para fundamentar cada vez mais seus pressupostos apostólicos, dedicava bastante tempo aos estudos, sobretudo das Sagradas Escrituras e da Liturgia. Como responsável da Pastoral da Juventude da Arquidiocese reservava suas tardes para atender os jovens que o procuravam para conversar e discutir temas de interesse juvenil no próprio prédio do secretário arquidiocesano – o Juvenato Dom Vital. Também atendia no Colégio Marista do Centro, em parceria com os irmãos maristas no trabalho de formação dos jovens.

Solicitei ajuda para o meu depoimento a membros dos grupos acompanhados pelo padre Henrique, perguntando: como funcionava a metodologia do grupo e qual o papel do Padre Henrique no relacionamento com os jovens. Recebi um depoimento esclarecedor, através de Lavínia Lins, após trocar ideias com outros/as colegas<sup>1</sup>:

*“...Éramos naquela época, amigos e conhecidos, (alguns filhos de pais que eram amigos), que se encontravam para conversar, “paquerar”, formar banda de música (“conjunto”, na época), organizar quadrilhas no São João. Henrique (assim gostava de ser chamado) havia aparecido por ali porque “um dos jovens estava tendo problemas com os pais” e ele intermediava diálogos entre eles. Os meninos então começaram a se encontrar com ele (Henrique) com regularidade. As meninas souberam e se interessaram.*”

<sup>1</sup> Lavínia Lins, hoje médica psiquiatra em São Paulo, estava na reunião no bairro de Parnamirim-Recife, de onde saiu o Padre Henrique, visto pela última vez.

*Passamos a nos reunir às 3ª feiras à noite, para conversas (a “reunião”) e domingos à tarde para a missa e debates. Às vezes os pais iam à reunião e um diálogo entre gerações era mediado por ele. Com cada um de nós Henrique estabelecia uma relação pessoal, de intimidade e conhecimento. Chegou a aplicar alguns testes psicológicos (como o desenho de árvore e da família) buscando aproximar-se, saber mais sobre cada um de nós.*

*Sua postura era de aceitação (tão importante nesta idade) e sua linguagem era a nossa. Era jovem também. Favorecia as relações e a exposição sadia de cada um no grupo. Nossas vozes eram ouvidas e repercutiam. Sentíamos pertencendo a algo que nós mesmos criávamos. Era com este sentimento que estávamos sendo direcionados, de forma muito inteligente, a não nos envolver com álcool e drogas e a repensar temas que nos cercavam, como: as relações interpessoais, com outras gerações, temas sociais como a prostituição, etc.*

*Ao mesmo tempo nos oferecia a Igreja Católica, não apenas na vivência dos encontros, mas através de uma missa descontraída, onde se tocava violão e cantava. Cada etapa era explicada. A missa agora era “prazerosa”. Um clima de informalidade e participação, incluindo as nossas realidades na própria celebração. Tudo era muito real e próximo, assim como as relações que se estabeleciam com amigos que duram até hoje, apesar da distância, namoros que evoluíram para casamentos que se mantêm. Henrique nos mostrava uma forma nova de nos relacionar conosco mesmos, com o outro, com o mundo”.*

## **2. O contexto da Igreja em Olinda e Recife no período**

Padre Henrique assimilou com carinho as perspectivas da Igreja do Concílio Vaticano II, em clima de diálogo com o mundo, em clima de ecumenismo. Era um jovem que vivia a primavera da Igreja em renovação. E a nomeação inesperada de Dom Hélder Camara para o Recife, exatamente nesse período, lhe era providencial e tornou-se para o nosso jovem padre um modelo a imitar e uma corresponsabilidade a exercer,

Dois fatores significativos acentuavam a importância primordial da presença de Dom Helder no Nordeste do Brasil no momento: a) O recente golpe militar de 31 de março de 1964; b) O Concílio Vaticano II em pujante evolução na perspectiva de renovar a Igreja e melhor servir no mundo atual (duas sessões tinham acontecido).

Diante do regime militar, eram já conhecidas suas posições, tanto pela atuação na cidade do Rio de Janeiro como em nível nacional - em defesa dos direitos dos pobres, da democracia e da liberdade de expressão.

Durante o Concílio Vaticano II, exercendo, no período, a missão de Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lhe foi oferecida a possibilidade de ser, em breve, missionário do mundo, como peregrino da justiça e da paz, o que, de fato, aconteceu e o exerceu com maestria.

Construiu imediatamente um relacionamento especial de amizade durante o Concílio com os Bispos que tinham maior sensibilidade para a problemática do então chamado “Terceiro Mundo”. Neste contexto, surge o famoso grupo de Bispos, provenientes de todos os Continentes, que se encontrava para refletir sobre a missão da Igreja junto aos pobres e a necessidade da Igreja ser sinal do Cristo pobre.

Estes fatores históricos tornavam Dom Hélder um homem de características excepcionais para assumir o pastoreio numa região sofrida como o Nordeste, numa cidade cheia de contrastes sociais como o Recife, num momento político específico.

Dom Helder assumia o seu pastoreio a 12 dias do golpe militar de 1964. A cidade do Recife era palco de numerosas prisões, exílios, por motivos políticos. O medo invadia a população. Havia um clima de sobressalto. A cada momento poderia haver novas prisões, novos pichamentos...

Dom Hélder, logo na mensagem de chegada, abre o coração aos seus diocesanos, procurando desarmar os espíritos. Fez uma saudação ao povo, ao seu povo, logo ao chegar ao Recife, permeada de liberdade evangélica, embebida de sabor profético – anúncio e denúncia, de teor missionário. Apresenta-se como o bispo de todos ao explicitar sua postura pessoal e suas prioridades:

*”Ninguém se escandalize quando me vir frequentando criaturas tidas como indignas e pecadoras. Quem não é pecador? Quem pode jogar a primeira pedra? Nosso Senhor, acusado de andar com publicanos e almoçar com pecadores, respondeu que justamente os doentes é que precisam de médico. Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, antirreformistas ou reformistas, antirrevolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa ou de má fé. Ninguém pretenda prender-me a um grupo, ligar-me a um partido, tendo como amigos os seus amigos e querendo que eu adote as suas inimizades. Minha porta e meu coração estarão abertos a todos, absolutamente a todos. Cristo morreu por todos os homens: a ninguém devo excluir do diálogo fraterno”.*

### **3. O bárbaro trucidamento do Padre Antonio Henrique**

Padre Antônio Henrique foi formado na escola do seu Pastor Dom Helder. Também era fruto tanto da renovação da Igreja em pleno Concílio Vaticano II como fruto do compromisso com o mundo estudantil, ainda em ebulição, contra a ditadura militar. Henrique tinha consciência de que corria risco. Estava comprometido com as causas dos estudantes universitários, ainda muito politizados, e fazia seu trabalho pastoral em sintonia com a dimensão profética da Arquidiocese com contínuas denúncias contra as arbitrariedades da ditadura milita; isto o levava a viver em vigilância.

Seu bárbaro trucidamento aconteceu no dia 27 de maio de 1969. Na tarde do dia 26 de maio ainda recebeu vários jovens no Juvenato. Por volta das 19 horas saiu para uma reunião no bairro de Parnamirim, onde permaneceu com os jovens acompanhados dos seus pais, até às 22,30 horas. Conforme depoimento do grupo de Lavínia Lins já citado, após a última reunião quando o Padre Henrique entrou num carro desconhecido:

*“Nosso último encontro se deu para que os pais e os filhos pudessem discutir tendo Henrique como intermediador. O clima era agradável e seguro. Saí com meus pais e no Largo do Parnamirim, avistei Henrique pela última vez. Passamos de carro e tentei acenar para ele. Sem nos ver, entrava numa “rural” verde e branca, me parece. Dois homens estavam fora do carro, de porta aberta, junto com ele. Outro dirigia. Depois foi apenas a notícia”.*

Na manhã seguinte, as autoridades eclesiásticas foram advertidas de que havia um corpo num capinzal ao lado da Universidade, reconhecido como o corpo do padre Henrique. Fora transportado para o necrotério público onde Dom Helder logo acorreu. Outros padres, inclusive Dom Basílio Penido, o abade do mosteiro de São Bento, médico, também se aproximaram e aí permaneceram até a conclusão da necropsia. O sacerdote tinha sido amarrado, arrastado, recebeu três tiros na cabeça e algumas torturas; todos os golpes atingiram exclusivamente a cabeça e o pescoço, conforme atesta o próprio Dom Basílio Penido.

O corpo foi velado na matriz do Espinheiro, onde aconteceram duas celebrações – uma às 21 horas do mesmo dia e outra na manhã seguinte antes de partir para o cemitério. Nesse contexto, foi divulgada **uma nota do Governo Colegiado da Arquidiocese**, expressando a dor da arquidiocese, o sofrimento dos jovens em plena comoção, dos familiares perplexos.

Como a Igreja local não dispunha de meios de comunicação viáveis para divulgar o acontecimento e a imprensa local estava sob censura, o texto da Nota, após pronunciada, foi mimeografado e distribuída pelas paróquias, pelos colégios e universidades, fato que fez acorrer uma grande quantidade de pessoas para a celebração e, logo depois, para o enterro. A Nota foi redigida e discutida com a participação de 40 padres, vários deles membros do Conselho Presbiteral.

A Nota do Governo Colegiado da Arquidiocese de Olinda e Recife<sup>2</sup>:

1. Cumprimos o pesaroso dever de comunicar o bárbaro trucidamento do padre Antônio Henrique Pereira Neto, cometido na noite anterior, 26 de maio, nesta cidade do Recife;
2. Aos 29 anos de idade e 3 anos de sacerdote, o padre Henrique dedicou a vida ao apostolado da juventude, trabalhando sobretudo com os universitários. Até às 22,30 horas de ontem, segundo

<sup>2</sup> Todos os documentos aqui citados fazem parte do arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife.

o testemunho de um grupo de casais, esteve reunido, em Parnamirim, com pais e filhos, na tentativa que lhe era tão cara, de aproximar gerações;

3. O que há de particularmente grave no presente crime, além dos requintes de perversidade de que se reveste (a vítima foi amarrada, golpeada no pescoço e recebeu três tiros na cabeça) é a certeza prática de que o atentado brutal se prende a uma série pré-estabelecida e objeto de ameaças e avisos;
4. Houve, primeiro, ameaças escritas em Edifícios, acompanhadas por vezes, de disparos de armas de fogo. O Palácio de Manguinho recebeu numerosas inscrições. A Sede do Secretariado Arquidiocesano e Regional nordeste II foi alvejado. A residência do Arcebispo, na igreja das Fronteiras, alvejada e pichada.
5. Vieram, depois, ameaças telefônicas, com o anúncio de que já estavam escolhidas as próximas vítimas. A primeira foi o estudante Cândido Pinto de Melo, quartanista de engenharia, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco. Acha-se inutilizado, com a medula seccionada. A segunda foi um jovem sacerdote, cujo crime exclusivo consistiu em exercer apostolado entre os estudantes.
6. Como cristãos, e a exemplo de Cristo e do proto-mártir Santo Estevam, pedimos a Deus perdão para os assassinos, repetindo a palavra do mestre: “Eles não sabem o que fazem”.
7. Mas julgamo-nos no direito e no dever de erguer um clamor para que ao menos, não prossiga o trabalho sinistro deste novo esquadrão da morte.
8. Que o holocausto do padre Antônio Henrique obtenha de Deus a graça da continuação do trabalho pelo qual doou a vida e a conversão dos seus algozes.

Recife, 27 de maio de 1969

+ *Dom Helder, arcebispo de Olinda e Recife,*  
+ *Dom José Lamartine, Bispo Auxiliar e Vigário Geral,*  
*Monsenhor Isnaldo Fonseca, Vigário Episcopal,*  
*Monsenhor Arnaldo Cabral, Vigário Episcopal,*  
*Monsenhor Ernanne Pinheiro, Vigário Episcopal*

O percurso da Igreja do Espinheiro em direção ao cemitério, sobretudo na Avenida Caxangá, parecia um campo de guerra. O cortejo fúnebre foi crescendo em população durante a caminhada; contou com a presença de mais ou menos 8 mil pessoas. Também aconteceram alguns incidentes desagradáveis. Invasão do cortejo por policiais para prender personalidades como o deputado federal cassado Oswaldo Lima Filho presente ao enterro e a invasão do cortejo para mandar tirar as faixas conduzidas pelas lideranças estudantis: “Os militares mataram Padre Henrique”.

O enterro aconteceu no cemitério da Várzea, a pedido da família. Lá chegando, o recinto estava totalmente cercado por forças militares, o que impedia qualquer manifestação. Era plano dos estudantes expressarem sua indignação juvenil diante do que eles estavam presenciando, o que Dom Helder tinha evitado que acontecesse no interior da Igreja do Espinheiro.

Dom Helder acompanhou com muita unção todo o cortejo e foi perspicaz em perceber o quadro à chegada do cemitério. Procurando evitar possíveis confrontos, subiu numa cadeira, acenou para a população com um lenço branco em sinal de paz, rezou um Pai Nosso com a população, deu uma bênção e solicitou que todos se retirassem em silêncio. Um silêncio piedoso, mas extremamente gritante.

#### **4. A morte do padre Antonio Henrique e a Igreja de Olinda e Recife**

A missa de 7º. dia foi o momento forte para a assimilação do trágico ocorrido.

A Arquidiocese, tentando evitar fatos indesejáveis, preferiu descentralizar a celebração; preparou um texto litúrgico unificado para orientação de todas as paróquias e centros religiosos. Foi a

ocasião para oferecer os critérios cristãos para avaliar o trágico acontecimento. Sua introdução dizia o seguinte:

*“Meus irmãos, há sete dias precisamente Antônio Henrique, presbítero da Igreja de Deus no Recife, foi trucidado por causa do Evangelho de Jesus Cristo. Reunidos, hoje aqui, não são pensamentos de ódio ou de vingança, não é a sede de mais sangue que nos movem e nos irmanam. São pensamentos de paz. Paz que brota da fé. Fé que fala mais alto do que a perversidade dos maus. Fé, que nos diz que padre Antonio Henrique está com Jesus, no Reino dos vivos. Fé que nos faz apreciar a importância do seu holocausto e ouvir os apelos de Deus a continuarmos o trabalho que padre Henrique começou. Imploramos a misericórdia de Deus sobre todos nós, que vivemos esta hora triste e angustiante; sobre a família do padre Henrique; sobre o mundo que mata aqueles que lhe anunciam a verdadeira paz; sobre os assassinos do padre Antonio Henrique”.*

**Na missa de 30º. dia, a homilia de Dom Helder** amplia a reflexão numa leitura religiosa do trágico acontecimento em sua relação com o momento político.

*Começou a Homilia com uma pergunta:*

*“O que diria o nosso Padre Henrique se Deus lhe permitisse que ele mesmo pregasse a homilia desta Missa? Que ponderações teria a fazer, que sugestões a apresentar, falando-nos de junto de Deus, onde nossa fé espera que ele se ache? Salvo engano, começaria repetindo a palavra de Nosso Senhor, em sua paixão:”Não choreis sobre mim, mas sobre vós e vossos filhos” (Lc 23,28)”.*

E apresenta “Apelo que chega da eternidade”:

*- da eternidade, de junto de Deus, ele apela para todos os que acusam a Igreja no Nordeste, de subversão e comunismo. Comparem o que estamos pregando em nossa região com o Ensino Social da Igreja, ainda recentemente expresso por Paulo VI em Genebra: estamos rigorosamente dentro da “Populorum Progressio” e das conclusos de Medellin;*

*- da eternidade, de junto de Deus, ele pede aos Governantes que, sem perda de tempo, partam para a reforma de base e, de modo particular, para a reforma agrária. Mas adverte que será impossível qualquer mudança autêntica de estrutura através de reforma conduzida de cima para baixo. Ou o Povo participa como agente de mudança, ou não haverá promoção humana e social;*

*- da eternidade, de junto de Deus, ele pede aos Responsáveis pela ordem pública que, quanto antes, terminem as medidas de exceção que estão tornando impossível o uso de processos democráticos da parte dos cidadãos em geral, e especialmente dos estudantes, e dos trabalhadores. A situação presente cria clima propício a arbitrariedades, e abusos, a crimes (e não seria difícil apontar casos, de que são tristes exemplos os esquadrões da morte). A situação presente impele os mais impacientes para a clandestinidade, a radicalização e a violência.*

Estas afirmações do nosso Arcebispo Dom Helder Camara levam-nos a considerar que a morte do padre Henrique, por motivações sócio-políticas, mas com convicções cristãs sólidas, não era uma exceção na América Latina. Estávamos rodeados de densa nuvem de testemunhos de fé (cf. carta aos Hebreus 12,1).

Nos anos das ditaduras na América Latina foram publicadas muitas reflexões sobre o conceito de martírio, valorizando os que tomaram numa luta pela democracia, em busca da justiça, motivados pela fé, sabendo que poderiam pagar com a vida sua doação<sup>3</sup>.

O padre jesuíta Karl Rahner, considerado o grande teólogo do século XX, fala sobre a necessidade de ampliação do conceito clássico de martírio. Propõe que o termo martírio seja aplicado tanto para a morte suportada pela fé como pela morte que tem sua origem num compromisso e numa luta ativa, assumidos pela mesma fé<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O caso do martírio do Padre Antonio Henrique Pereira Neto está apresentado no livro: **MARTÍRIO – memória perigosa na América Latina hoje**, do padre José Marins e sua equipe, Edições Paulinas, 1984, página 146. No referido livro, padre Marins faz o levantamento de situações idênticas a do Padre Henrique em quase todos os países da América Latina; cita outros padres assassinados no Brasil: Padre João Bosco Penido Burnier (1976), padre Rodolfo Lunkenbein(1976)...

<sup>4</sup> Cf. Revista Internacional **Concilium**, n.183, 1983/3, páginas 13a16.

## **5. As repercussões do trucidamento do padre e perguntas consequentes**

A Igreja local de Olinda e Recife não ficou isolada nesse sofrido momento. Recebeu solidariedades diversas e significativas do Brasil e do exterior. Confortadora para todos, mas sobretudo para Dom Helder, foi a visita imediata do Secretário Geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider.

Chegaram Mensagens do Santo Padre Paulo VI, do Secretário de Estado do Vaticano, da Presidência do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), da Nunciatura Apostólica e tantas outras.

O Governador do Estado da época, Sr. Nilo Coelho, nomeou uma Comissão de Inquérito e entregou sua presidência ao Magistrado, juiz da 11ª. Vara, o Dr. Aloísio Xavier e para desempenhar as funções de Procurador nomeou o Dr. Rorinildo da Rocha Leão.

Logo no dia 11 de junho de 1969, o Dr. Aloísio Xavier, segundo publicou o jornal Diário de Pernambuco, deu um excelente testemunho em favor da conduta do sacerdote, afirmando com palavras claras e incisivas que valeu como uma resposta a todas as insinuações veiculadas por órgãos da imprensa.

Convidado a depor sobre o assassinato do Padre Antônio Henrique, na Comissão Judiciária, em abril de 1975, Dom Helder solicitou a anexação aos autos do processo sua declaração.

Ele relembra em detalhes os acontecimentos de maio de 1969, a nota do Governo Colegiado da Arquidiocese, o caminhar da Comissão Judiciária, as fases do processo e repete perguntas publicadas em Nota, no dia 29 de Agosto de 1969, fazendo sérias considerações (importante de serem explicitadas mesmo se algumas já atendidas).

Fala Dom Helder na sua declaração:

*“Como esquecer a coincidência de, poucas horas antes do que ocorreu a Cândido Melo, ter sido alvejado o Juvenato Dom Vital (local em que trabalhava o padre Antonio Henrique), havendo os assaltantes – segundo depoimento de duas testemunhas citadas no Relatório da Comissão Judiciária - (parte final do item V), disparado suas armas, aos gritos de CCC? Como esquecer que, segundo o mesmo Relatório, no mesmo item, foi o CCC quem ameaçou o Padre Henrique pelo telefone?”*

A nota continuava perguntando:

*“Porque não se faz uma devassa em regra sobre este famigerado CCC? Como e quando foi organizado? Quem o financia e quem o dirige? Quem são os seus sócios? Onde tem sua sede? Quais os objetivos e quais os feitos desta versão do Ku-Klux-Kan? Houve interesse efetivo em apurar a passagem do CCC pela Universidade Rural? E pela Universidade Católica? E pelos Diretórios Acadêmicos da Escola de Engenharia e da antiga Faculdade de Filosofia, ambas da Universidade Federal de Pernambuco? E pela residência do Arcebispo, duas vezes alvejada e objeto de inscrições com ameaças? E pelo Palácio de Manguinho? Quais os resultados do Inquérito sobre o alvejamento do Juvenato Dom Vital onde funcionam a Cúria Arquidiocesana e os Secretariados Arquidiocesanos e do Regional da CNBB?”*

### **Por que voltar ao caso neste momento?**

A indignação ética dos brasileiros/as e, em especial, dos pernambucanos/as, exige que fato como esse agora relatado seja conhecido, refletido e avaliado para que nunca mais volte a acontecer no nosso país – Nunca Mais.

Ao mesmo tempo, é sumamente importante as novas gerações conhecerem seus verdadeiros heróis – os que deram a vida na busca de mais vida.

E numa leitura cristã, repetimos o que diziam os primeiros cristãos: **“O sangue dos mártires é semente de novos Cristãos”**.

Está de parabéns a Comissão da Verdade e da Memória de Pernambuco!

**Recife, 16 de agosto de 2012.**

**Padre José Ernanne Pinheiro, Assessor da CNBB.**